

Pelo seu respeito á verdade, na «Crónica do Sereníssimo Rei D. Manuel» provocou resentimentos que foram até á intervenção do rei. A-pesar de tudo, a «Crónica» tem certa feição crítica, e nela êsse respeito pela verdade não permitiu que se calassem as perseguições aos judeus no reinado de D. João III, nem as conspirações da nobreza no reinado de D. João II. Damião de Góis não viveu as descobertas porque delas tivesse participado, como os narradores da «História Trágico-marítima» ou Fernão Mendes Pinto, mas porque as conhecia através a sua convivência com navegadores e sábios. Viveu as descobertas um pouco de fora para dentro, e não de dentro para fora, como os restantes portugueses. Para êle as descobertas importavam mais pelo lado humano, de alargamento dos conhecimentos e dos homens, do que pela satisfação do espirito mercantilista, ou dessa insaciável sede do oiro. Góis não se embriaga com os «fumos da Índia», e, por êsse facto destoa um pouco do concêrto geral.

Depois de uma existência brilhante, em que fez da sua vida a vida dum europeu,

já no crepúsculo, Simão Rodrigues denuncia-o repetidamente á inquisição. E vemos então êsse velho que tôda a sua vida procurara prestigiar o nome de Portugal e servir os vastos interesses da humanidade, acusado de ser amigo de Erasmo de Retorção, de ter falado com Lutero e almoçado umas avelãs com Melancton! Depois de vinte meses de «cárcere duro» foram-lhe confiscados os bens, entre os quais avultava preciosa colecção de obras de arte dos grandes mestres da Renascença, e condenado a cárcere perpétuo no Mosteiro da Batalha, donde saiu para ir tristemente morrer na sua casa de Alenquer, numa fria manhã de Janeiro de 1574. E assim se finou uma das mais elevadas figuras de pensador e humanista da Europa.

As descobertas, com a sua política exclusivamente mercantilista (política de transporte lhe chamou António Sérgio) depressa derrearam tôda a tradicional base agrícola da nossa economia, deixando o país improdutivo e sem braços para o cultivarem. O comércio pouco a pouco foi caindo na mão de estrangeiros e, depois dêle, em 1580, a própria nacionalidade.

III

A historiografia Alcobacense

Sob esta epigrafe englobamos não só a chamada historiografia alcobacense, mas também tôda a dos séculos dezasseis e dezassete, com a sua farragem messiânica, pois no espaço de dois longos séculos tôda a nossa historiografia participa das mesmas características da alcobacense, não podendo fazer-se senão uma distinção muito superficial, que olhará mais ao pormenor do que ao conjunto. Frei Fernando de Brito com a sua «Monarchia Lusitana» é o mentor de todos os historiadores dêste período e o padrão do seu critério de análise histórica: mesmo aqueles que o combateram, não mostraram estar melhor orientados do que êle; revelaram as mesmas características, pois eram elas mais filhas do tempo do que da sua própria individualidade.

A crise nacional que se começara desenhando no reinado do «Venturoso» e veio atingir o seu auge em 1580, com a perda

da independência da nacionalidade, criou uma corrente na nossa historiografia que poderemos chamar de messiânico-passadista, corrente que sôbremodo engrossou depois de 1640, pois a revolução de 1640 nada restaurou na vida nacional.

A Inglaterra não foi estranha ao movimento restaurador de 1640 que, depois da destruição do poder naval da Espanha de 1588, originava o desmembramento da força peninsular, e deixava sob a sua tutela todo o império colonial português que, a continuarmos sob o jugo de Castela, ameaçava vir a cair todo na mão dos holandeses, e a fazer da Holanda uma rival perigosa da sua crescente grandeza. «O que é que restaura essa celebrada revolução?» pergunta Bazilio Teles, «Um trono decerto: uma pátria já-mais. Uma pátria vive duma ideia, não duma obsessão ou dum pezadelo: e era um pezadelo ou obsessão pretender renovar